

Intervenção de Mário Mourão – Secretário Geral da UGT
Delegado dos Trabalhadores Portugueses na
113ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho

Genebra, 11 de junho de 2025

Exmo. Sr. Diretor Geral da OIT,

Exmo. Sr. Presidente da CIT,

Exmos. Srs. Vice-Presidentes

Srs. Delegados e Sras. Delegadas,

Uma saudação especial para as Delegações Portuguesa e dos Países Irmãos da CPLP a esta Conferência,

É uma honra estar aqui, hoje, de novo, em representação dos Trabalhadores Portugueses.

Estou consciente de que continuamos a viver num mundo em que Trabalho Digno e Justiça Social estão longe de ser uma realidade para todos os trabalhadores.

Num momento em que o multilateralismo e a cooperação para o desenvolvimento estão sob ataque, é urgente recordar que, aquando da criação da OIT, as lideranças de então tiveram a clarividência de perceber que só se pode evitar a guerra promovendo a justiça social e os direitos humanos.

Acredito que todos mantemos a convicção de que nesses princípios residem os fundamentos da Paz justa e duradoura.

Esses mesmos princípios têm sido reafirmados ao longo da história, e graças ao diálogo social tripartido, a OIT e os seus constituintes têm estado à altura dos desafios do mundo do trabalho e das diferentes conjunturas.

Contudo, e conforme refere o Diretor Geral no seu relatório, a velocidade e a profundidade das mudanças que testemunhamos geram, cada vez mais, nos trabalhadores, o sentimento de desilusão, desproteção e desconfiança nas instituições.

E por isso, a sua mensagem é um alerta que a todos nos deve interpelar:

- o crescimento económico que não se traduz em mais justiça para quem trabalha, mesmo nas zonas do globo com maiores índices de desenvolvimento,
- a globalização e suas transformações que falham na redistribuição da riqueza, e agravam as desigualdades,
- tudo isto são tendências com impacto muito negativo no tecido social das nossas comunidades e no enfraquecimento das democracias.

O diálogo social é a única via para devolver às pessoas confiança e esperança e assegurar sociedades mais justas.

A mensagem do Diretor Geral remete-nos também para as lições do passado, lembrando a centralidade do diálogo social no reforço da relação entre a qualidade do emprego, o Estado de Direito e o crescimento.

Em Portugal, nos últimos anos, através do diálogo social, foi possível celebrar Acordos Tripartidos Plurianuais que contribuíram para a melhoria o salário mínimo para níveis mais aproximados da média europeia, para a dinamização da negociação coletiva e para a valorização dos salários médios que estavam estagnados.

Todavia, urge fazer mais.

O mercado de trabalho português tem de se tornar capaz de distribuir os ganhos de produtividade de forma mais eficaz, valorizando adequadamente o trabalho e afastando-se de um modelo de baixos salários.

Temos de responder aos desafios da precariedade excessiva e desenvolver condições para levar mais longe o papel da negociação coletiva e dos parceiros sociais.

Temos também de estar atentos às novas realidades geopolíticas e do mundo do trabalho.

A guerra voltou à Europa, a Palestina continua a ser palco de uma imensa tragédia humanitária e as divisões criadas por um novo protecionismo põem em causa a solidariedade internacional.

O impacto real e potencial das tensões geopolíticas, das políticas protecionistas e da dupla transição ambiental e digital é inquietante.

A história tem provado que os trabalhadores são sempre as principais vítimas das crises, acabando por pagar uma fatura pesada à custa de reestruturações, transições e reformas estruturais cegas que resultam em desemprego.

E aproveito aqui para manifestar o nosso apoio aos trabalhadores das Nações Unidas, em particular do BIT, hoje sob enorme pressão em consequência dos cortes impostos ao sistema.

É prioritário proteger todos os trabalhadores num cenário internacional desfavorável.

É prioritário o diálogo social tripartido.

Mais do que nunca, é prioritário o papel da OIT para assegurar proteção para todos, evitando nomeadamente que as novas formas de trabalho se transformem em novas formas de escravatura.

Quanto maiores os desafios e perigos, maior a responsabilidade das instituições internacionais.

E, na qualidade de representante dos Trabalhadores de um País que sempre apoiou o trabalho da OIT, reitero a defesa inabalável do tripartismo, do papel fundamental do escritório em Portugal da OIT, enquanto pilar de promoção dos direitos fundamentais e de valorização do trabalho nacional e em todo o mundo lusófono, bem como na defesa de soluções que assegurem, viabilizem e reforcem o trabalho desta organização nos tempos difíceis que atravessamos.

Grato pela Vossa atenção.